

# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

íficas, que ainda n  
uída enquanto sab  
a geografia, enqua  
so na história vem  
os autores procura

## Geografia e História

Da parte dos historiadores portugueses, o interesse pela geografia aconteceu desde meados do século XIX, em especial quando se tratava de estudar a expansão ultramarina, dita sempre como de descobrimento geográfico. Por isso logo o Visconde de Santarém nas obras que publica entre 1842 a 1849 dá destaque à geografia, pelo que publica o seu *Atlas*, conjunto de reproduções de cartas antigas indispensável para o estudo do alargamento do conhecimento da terra ao longo das épocas medieval e moderna. O que atribui aos descobrimentos portugueses cuja prioridade defende com documentadas razões. Mas aos historiadores faltava o suporte em obras geográficas, que ainda não existiam. Pelo que, na ausência de uma ciência constituída enquanto saber dotado de método e linguagem próprios, só tardiamente a geografia, enquanto conhecimento científico, aparece junto da história. Por isso na história vemos por vezes a procura de elementos dispersos mas em que os autores procuram apreender o meio natural (Silva, *Memoria...*).

De pré-geográficas devem ser consideradas as corografias e as descrições que desde o século XV (do *Livro dos Arautos*, circa 1416) se redigiram e surgiram autónomas ou foram sendo incluídas em outros relatos. Porque a primeira obra que pode ser tomada como uma geografia (descritiva) de Portugal é a de Gerardo A. Pery, datada de 1875. Nela aparecem sumárias referências históricas e apenas pelo que toca ao descobrimento e conquista do ultramar. Esses escassos elementos constam de capítulos incluídos nas secções da obra que são ditas de Estatística. A história não era referida como conhecimento que importasse para adjuvar (ou melhorar) o que a geografia descritiva pudesse alcançar. Embora: sendo única, a *Geographia* de Gerardo A. Pery foi usada por alguns historiadores como Oliveira Martins e Alberto Sampaio. Que tentaram, cada um à sua maneira, articular uma relação entre os dois saberes. Relação que os ajudasse à interpretação do percurso histórico que pretendiam dominar. Contudo ainda era muito incipiente a descrição da terra que se projectava na insuficiente utilização de conceitos e de conhecimentos geográficos na explicação histórica. E se havia a sentida necessidade de conhecer o território por parte dos historiadores, não pode pensar-se que estavam aptos a usar os conhecimentos geográficos – mesmo que ainda embrionários nos conceitos – de uma forma que fosse satisfatória.



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Fundada em 1875, a Sociedade de Geografia não promoveu o estudo e a escrita de obras geográficas sobre o território continental. O seu objectivo orientava-se para os espaços coloniais, que importava desbravar e conhecer para os dominar. Para o que foram de importância especial os militares que estudaram as colónias em comissões científicas e de imposição armada aos naturais pelo colonizador europeu. Espaços que até então estavam insuficientemente percorridos e mal descritos (Guimarães, *A Sociedade...*). Serpa Pinto, Roberto Ivens, Brito Capelo são os nomes mais conhecidos dos expedicionários que tentaram devassar o interior da África. Enquanto isso a geografia em Portugal tentava constituir-se, sem que o Boletim da Sociedade de Geografia desse sinais dessa inovação (Lautensach, *Bibliografia*, pp. 1 e 15).

Oliveira Martins, que tanta atenção deu às Ciências Sociais no seu conjunto, não terá sido dos mais interessados no saber geográfico. No entanto, nem por isso deixa de antepor uma breve introdução geográfica à *História da Civilização Ibérica* que depois prossegue na *História de Portugal*. Sumária, talvez pela insuficiência desse saber como por considerar a História de Portugal como resultante da vontade de independência dos barões de Entre-Douro e Minho como fizera Herculano. E insiste em que a “causa da separação de Portugal do corpo da monarchia leonesa não é obscura, nem carece de largar divagações para definir-se: é a ambição de independência do governador do condado, que o tinha do rei suserano.” (Martins, *Historia*, I, p. 14). Assim, Portugal não “obedece na sua formação às ordens da geographia: os barões audazes, ávidos e turbulentos são ao mesmo tempo ignorantes de theorias e systemas. Vão até onde vae a ponta da sua espada: tudo lhes convem, tudo lhes serve, comtanto que alarguem o seu dominio” (Martins, *Historia*, I, p. 17). Em uma *Historia de Portugal* de Henry M. Stephens cuja tradução prefaciou, surge negada qualquer importância do meio natural para explicar a independência política. Aí se lê: “A Nação Portuguesa é um produto da sua historia: isto dá á Historia de Portugal um valor eminente. Geographicamente esse pequeno reino é um retalho integral da península iberica, sem limites naturaes que permitam distingui-lo da maior porção da mesma península, chamada hoje a Hespanha, nome que também ainda hoje, como nos tempos antigos se applica a toda a Península” (Stephens, *Historia*, p. 2). Por isso também em Oliveira Martins a geografia não ajuda ou concorre para a história. Como apontou António Sérgio (muitos anos depois) essas páginas iniciais formam “um quadro admirável [...] mas de todo desligado da narrativa histórica, e que nada contribue para a intelligibilidade desta” (Sérgio, *História*, p. 51).

A falta desse saber geográfico constituído e autonomizado está evidente na obra sobremaneira inovadora de Alberto de Sampaio. Conhece e refere duas obras de Bernardino A. Barros Gomes, *Condições florestais de Portugal* (1876) e *Cartas elementares de Portugal* (1878) – com que se inaugura a geografia científica em Portugal (Girão, “Desenvolvimento”, p. 532) –, além da *Geographia* de Gerardo A. Pery (1875) e da *Nouvelle Géographie Universelle* de Elisée Reclus (1876). (Sampaio, *Estudos*, pp. 458, 460, 485-89). Mas o que se destaca principalmente nos seus estudos redigidos entre 1880 e 1908, e em especial em *A propriedade e a cultura do Minho*, é a observação própria das terras – pode dizer-se de paisagens –,



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

excelentemente desenvolvida e aplicada. Com conhecimentos rigorosos sobre os solos e sobre as condições climáticas e mesológicas que não desmereceriam de um geógrafo. (Sampaio, *Estudos*, vol. I, pp. 460-469). Com o que supre a falta de um saber já publicado.

Nos finais do século XIX e princípios do século XX entre os historiadores não parecia que os factores geográficos estivessem no centro das preocupações, talvez pelo relativo atraso desses outros conhecimentos. Que até à criação das licenciaturas em Ciências Histórico e Geográficas nas Faculdades de Letras de Lisboa e de Coimbra (1911) não tiveram cultores para formar escolas e impulsionar as investigações e a escrita desses saberes. Mesmo depois disso foi difícil que os conhecimentos geográficos se impusessem, pois de naturalistas professores das faculdades de Ciências e de contratados sem formação especial se valeram os cursos, que geógrafos havia apenas o médico Silva Telles, que desde 1904 era professor do Curso Superior de Letras e continuou a sê-lo na Faculdade de Letras depois de 1911. Devem-se-lhe as primeiras sínteses sobre a geografia de Portugal, em 1908, 1924 e sobretudo, 1929. No entanto, muito sucintas e sem bibliografia. Era apenas um começo. Por um autor bem preparado que apesar de uma obra pouco extensa tem sido considerado como o iniciador da geografia científica em Portugal. (Ribeiro, “Silva...”, pp. 160-161). Um outro professor do Curso Superior de Letras, sem ser rigorosamente um historiador, se destaca no modo como considera a história e a insere no conjunto das ciências sociais: Zófimo Consiglieri Pedroso. Todo “o facto histórico se acha ligado aos phenomenos biologicos, chimicos ou physicos por milhares de relações. É o homem, unidade e factor elementar da historia, quem estabelece esta relação. Pertencendo, como individuo, ao dominio da antropologia, e, como ser social ao domínio da sociologia, as influencias que sobre elle actuam como *animal* vão reflectir-se nos factos históricos em que elle entra como *homem*. Por isso os climas, as raças, os alimentos, a posição geographica, a altitude, a natureza do solo, etc. etc., todas as circunstancias emfim que directa ou indirectamente teem uma acção qualquer sobre a natureza physica do homem, entram como elementos modificadores na historia.” (Pedroso, *Compendio*, pp. 1-2).

A criação da licenciatura em Ciências Históricas e Geográficas em 1911 (Amaral, “Geógrafos”, p. 69), leva também a que se inicie uma reflexão sobre a natureza científica da geografia – sobre a história não havia dúvidas, impregnada que estava do saber e das teorias positivistas. A junção de história e geografia vinha já do ensino secundário, onde havia exames de Geografia, Cronologia e História. Mas logo em 1915 sai o escrito de Silva Telles sobre “O conceito científico da geografia”, seguido em 1917 de “A geografia moderna. Evolução – conceito – relação com as outras ciências (Ensaio de síntese)” de Aristides de Amorim Girão. Este, recém-formado em História e Geografia, considera que em Portugal havia pelo menos 50 anos de atraso no cultivo da disciplina científica: “Nada ou quase nada havia também sobre geografia no nosso País.” (*Boletim*, p. 3). Ambos os geógrafos procurando deslindar um percurso e firmar a geografia *explicativa – interpretativa* mais tarde, para Leite de Vasconcellos (Vasconcellos, *Etnografia*, I, p. 61) –,



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

ultrapassando a velha geografia *descritiva*. (Girão, “A geografia”, p. 318). Para o que Silva Telles procura afastar de toda a geografia da história: “O geógrafo é essencialmente um naturalista. Enquanto o historiador procura instruir-se unicamente sobre o local onde a história se desenrola [...]. O local é um *meio* para o historiador, é a séde onde os factos humanos se sucedem, para o geógrafo pelo contrário, é o *fim* e significa um produto lógico da natureza.” (Telles, “O conceito”, p. 119). Deve-se-lhe a forte acentuação às influências marítimas no conjunto do território: “a dependência constante do mar”, “a feição dominante do mar” (Telles, *Portugal*, pp. 6 e 82).

No entanto, não parece que a aproximação ou mesmo contaminação de história e geografia, de uma por outra das disciplinas científicas, tenha sido prejudicial a qualquer delas. E ambas têm naturalmente que ser chamadas no tratamento de algumas matérias em que o esclarecimento deve ser mútuo. Como exemplo, veja-se que geografia e história são naturalmente invocadas sempre que se trata de decidir das razões da independência de Portugal. Saber se há ou não individualidade bem demarcada no território onde surge e se desenvolve o que será mais tarde o Estado português é velho debate (Peres, *Como nasceu Portugal*). Importa saber se se pode traçar uma prefiguração do Estado, supondo-se que o território estaria como que pré-delimitado a aguardar a invenção da estrutura política. Discussão e opiniões contraditórias por vezes, que vêm desde Herculano.

Enquanto em Coimbra o “geólogo e geógrafo consumado” Anselmo Ferraz de Carvalho (1878-1955), professor da Faculdade de Ciências era usado no ensino da geografia em que terá sido competente prelector, devendo-se-lhe a primeira geografia de Portugal publicada em Barcelona em 1930, contratavam-se professores onde se conseguiam, como Léon Bourdon, que em 1927-1928 vem assegurar a leccionação de cadeiras de geografia. Aristides de Amorim Girão já formado em Ciências Histórico e Geográficas pela Faculdade de Letras, que fora sebenteiro de Anselmo Ferraz de Carvalho, doutorara-se em 1922 e vai assegurar uma longa carreira como professor catedrático de geografia até à sua morte em 1960. No Porto, na Faculdade fundada em 1919 seria o médico, antropólogo e etnólogo António Augusto Mendes Correia, também professor da Faculdade de Ciências, a assegurar regências de disciplinas do grupo na nova Faculdade de Letras – com os assistentes António Luís Gomes e Artur de Magalhães Basto. Que não sendo em rigor um geógrafo dedica muitas das páginas iniciais dos seu estudo sobre *Os povos primitivos da Lusitânia (Geografia, Arqueologia, Antropologia)* à situação e características físicas do território onde virá a ser Portugal. Com exageros inaceitáveis, como o que o faz afirmar que “o velho génio da independência” vibrava “já nas velhas gentes dos castros”! (Corrêa, *Os povos*, p. 382). Magalhães Basto ainda iniciou promissores trabalhos de índole geográfica (Basto, *A fronteira*) de que depois desistiu dedicando-se à história, em especial do Porto. Foi um “geógrafo a quem o obscurantismo, extinguindo a Faculdade de Letras do Porto, cortou a carreira” (Ribeiro, *Opúsculos V*, p. 307). Por isso pouco desenvolvidos, os estudos geográficos no Porto não tiveram sequência com a extinção da Faculdade em 1931.



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Porém da parte dos historiadores a atenção à geografia vai sobretudo desenvolver-se a partir dos trabalhos de Jaime Cortesão. Que afirma, logo em 1930, “que o determinismo das condições naturais, sendo por demais relativo, nunca poderá volver-se numa fatalidade geográfica” (Cortesão, “O problema”, p. 227). Disciplina a que sempre dará atenção e utilizará criteriosamente nos seus trabalhos, quer nos iniciais sobre Portugal e a expansão ultramarina, quer depois e principalmente sobre o território e a história brasileira. Para Cortesão há que considerar no território português “a profunda harmonia numa rica diversidade e a perfeita polarização dos elementos em função atlântica.” E acrescenta: “Zona de complexo contacto entre elementos geográficos. Acrescido ainda por aquela convergência dos caracteres, esse território favorecia a criação de um regime económico fundado conjuntamente sobre a exploração da terra e a actividade e comércio marítimos, e possuía, por consequência, grandes possibilidades de germinação política.” Porque para Cortesão a base económica da nacionalidade estava no comércio marítimo à distância com base na agricultura. Por isso e confessando ocupar-se mais da história do que da geografia, não hesita em afirmar “que é inteiramente impossível compreender as origens da Nação sem as estudar nas suas profundas relações com o território, bem como toda a sua história nas conexões com a geografia do Atlântico e dos dois mundos que lhe limitam a bacia, e, quase poderíamos dizer, com a geografia universal” (Cortesão, “O problema...”, pp. 234 e 238). Concluindo: “Da estreita penetração entre Terra e o Mar vai, pois, nascer o Português, com os seus modos de vida típicos, o seu carácter, o seu idioma, a sensibilidade religiosa e as expressões artísticas, flor suprema de uma espiritualidade própria.” (Cortesão, “Causas...”, p. 251). Para insistir anos volvidos na importância da posição do território por “constituir a avançada atlântica e mais ocidental de duas penínsulas: a europeia e a hispânica” (Cortesão, *Os descobrimentos*, vol. I, p. 191). Destaque para a geografia mas relevância para a história.

Publicado em 1931 – embora redigido em 1928 – será o artigo de Hermann Lautensach “A Individualidade Geográfica de Portugal no conjunto da Península Ibérica”, saído no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, e que encontrou bastantes objecções. Porque ao contrário de Ferraz de Carvalho e de Amorim Girão defende que em termos físico-geográficos a imagem de Portugal se encontra “nitidamente definida.” Imagem que é “a de uma região litoral, na orla ocidental da Ibérica, fortemente influenciada pelo oceano constituindo ao mesmo tempo uma região de transição das formas nórdicas [...] para as formas meridionais, subtropicais.” Em relação ao centro castelhano concede que a transição é lenta. E, retomando a posição defendida por Silva Telles, insiste em que “o que constitui o fundamento mais sólido da autonomia política de Portugal foi a vantagem (de que a Holanda gozou igualmente) de situação marítima na orla do Atlântico, característica esta que determinou por igual o seu aspecto físico-geográfico como o político” (Lautensach, “A individualidade...”, pp. 382-383 e 187). Com o que se instala a divergência de opiniões quanto à fundamentação geográfica – a histórica sempre reiterada nunca será discutida – da independência política do território português.



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Damião Peres, na obra clássica *Como nasceu Portugal* (1938), depois de passar em revista as várias opiniões, umas propondo motivos geográficos (e não só pois também há a considerar imperativos étnicos, linguísticos, culturais e histórico-administrativos), conclui com uma citação de Anselmo Ferraz de Carvalho: Portugal “é destacável dos outros da Península” (Peres, *Idem*, pp. 28 e 38). Muitas dessas opiniões não são de geógrafos nem de escritores com conhecimentos sérios de geografia. Que poucos havia ainda nos anos 30. Mesmo para o ensino das disciplinas curriculares nas universidades. Teófilo Braga, Leite de Vasconcellos, Ricardo Severo, António Sardinha, Mendes Correia ou Jaime Cortesão (autores referidos por Damião Peres). O que alguns historiadores e geógrafos contestavam com Amorim Girão, afirmando que no Ocidente Peninsular havia “nacionalidades diversas mas confusas, a que só mais tarde os laços políticos viriam dar consistência e linhas bem definidas.” E ainda: “o território português não é distinto da Espanha [...]” (*apud Peres, Idem*, p. 16).

Pelo que a polémica de Damião Peres com Mendes Correia seria inevitável. Enquanto este supõe a geografia como causa *determinante* da independência portuguesa, Damião Peres prefere dizer que o meio é mero *condicionante*. Porque, como não pode deixar de afirmar, “as explicações (?) científicas do problema da génese de Portugal são bastante frágeis.” (Peres, “Portugal”, pp. 5 e 8). Todavia, relacionada com as origens do Estado ou com a nacionalidade, a geografia instala-se como uma necessidade no discurso histórico – estranhamente ignorada pelo metodólogo de Geografia na Escola Normal Superior de Coimbra Fortunato de Almeida na sua *História de Portugal*. Não será assim com Damião Peres na direcção da *História de Portugal* dita de Barcelos, mau grado a pouca relevância que assumiu o escrito de Mário Vasconcelos e Sá sobre “As condições geográficas”. A que não faltaram críticas. Embora apoios na geografia não faltassem em muitos dos capítulos dessa *História*, nomeadamente nos redigidos por Ângelo Ribeiro, Manuel Ramos, Damião Peres e sobretudo Jaime Cortesão.

Também António Sérgio realça a posição do território na *História de Portugal. Introdução geográfica*. Obra depois de apreendida reposta no mercado como *Introdução Geográfico-Sociológica à História de Portugal*. A *História de Portugal*, mesmo que e apenas neste volume dedicada à introdução geográfica, irritou profundamente os senhores da situação política: Alfredo Pimenta conclui uma crítica verrinosa, exclamando: “Se eu fosse Poder, mandava-o calar.” (Pimenta, *A História...*, p. 44). Mas Sérgio, que não era um geógrafo nem um historiador mas um excitador de intelectos, soube fazer acompanhar o seu texto por alguns esquemas desenhados propositadamente, que servem à lição que explana (não se pode ignorar que Sérgio tinha formação de oficial da armada e que não chama mapas aos esboços que apresenta). E logo na introdução geográfica declara que não aceita que “os caracteres geo-físicos da nossa terra expliquem a existência da unidade política a que se dá o nome de Portugal.” Porque, em “tôda a Europa da Idade-Média, os novos Estados que se então formaram nos parecem produtos da vontade dos chefes e da classe guerreira que os acompanhava, sem base racial, ou nacional, ou tribal.” (Sérgio, *História*, p. 43). O que lhe



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

permite avançar a sua tese de que o que releva é a posição do território no conjunto da Península, destacando-se os “portos para a actividade marítima-comercial europeia e o valor das costas e das condições do clima para a obtenção da riqueza tirada ao mar (pescarias, sal).” (Sérgio, *História*, p. 42). Que será a tese principal que Sérgio procura defender, e que tantas iras causou aos adversários políticos apegados a uma monarquia agrária de ressonâncias integralistas. Porque Portugal, insiste, “só foi fornecedor de primária importância no que toca aos produtos de exploração do mar: o peixe e o sal.” “Os povos setentrionais precisavam de sal, e não estavam em condições de o obter do mar; o clima dos Portugueses, ao contrário do deles, era um clima ideal para a produção salina: logo...” (Sérgio, *Em torno*, pp. 43 e 51). De certo modo a posição de Sérgio relaciona-se com a exposição de Silva Telles – companheiro na redacção do *Guia de Portugal* em 1923-1924. Para Sérgio, que não é nem geógrafo nem historiador, há que usar “noções geográfico-históricas que auxiliem a compreensão de certos casos da História e onde a Terra e o Homem nos apareçam unidos como factores correlativos da evolução social [...]” (Sérgio, *História*, p. 51). Pelo que Orlando Ribeiro afirmará que as “relações da história com a geografia estão correctamente colocadas – assim o autor cumpria o programa que anuncia.” (Ribeiro, *Introduções*, 147).

Nos anos 30 e 40 afirma-se o magistério de Aristides de Amorim Girão em Coimbra. Logo em 1936 publicando umas interessantes *Lições de Geografia Humana*, fazia uma “sugestiva interpretação geográfica da história, e aplicar ao mesmo tempo uma rigorosa observação à análise dos fenómenos sociais.” Considerando “inseparáveis” a história e a geografia: “Não há história sem geografia, nem geografia sem história: uma dá-nos o elemento espaço, a outra o elemento tempo” (Girão, *Lições*, pp. 1 e 17). E assim continuará na sua rota de autor de textos e materiais para estudo como a *Geografia de Portugal* (1941), o *Atlas de Portugal* (1941) e a *Geografia Humana* (1946). Sem que neles descurasse o relacionamento orgânico entre História e Geografia que desde sempre cultivara. E que lhe terá servido para a proposta – que o governo aceitou – de divisão regional do País. A que não faltaram críticas e objecções: quer por parte dos que entendiam mal delimitadas as regiões físicas como pelos que entendiam que as relações entre as comunidades locais deveriam ser respeitadas. Não aceitando a posição apresentada por Lautensach, pois que “Estado ou região política é coisa completamente diversa, e por vezes antagónica, de região natural” (Girão, *Geografia*, p. 432).

A Faculdade de Letras de Lisboa, depois do falecimento de Silva Telles (1930), também tardou a encontrar um corpo docente de geografia devidamente habilitado. Luís Schwalbach tinha mais de jornalista do que de geógrafo, mas talvez não apreciava a proximidade de colegas mais bem preparados. Pelo que Orlando Ribeiro, doutorado em 1936 só depois de ter sido leitor de Português em Paris (1937-1940) e de ter estado como professor em Coimbra (1940-1942) veio a ocupar cátedra em Lisboa (1943). Para Orlando Ribeiro, as relações entre Geografia e História encontram-se devidamente balizadas. “A terra de um povo já



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

não é um simples dado da Natureza, mas uma porção de espaço afeiçoado pelas gerações onde se imprimiram, no decurso do tempo, os cunhos das mais variadas influências. Uma combinação, original e fecunda, de dois elementos: *território* e *civilizações*.” E mais adiante: “Dentro do largo indeterminismo das acções humanas, o território sustenta e condiciona a história” (Ribeiro, *Introduções...*, p. 19). Com alguma modéstia (mais ou menos autêntica) chega a dizer de um tema de História e Etnologia que “ganhará porventura em ser visto por quem possui alguma experiência da terra portuguesa e, muitas vezes, forrageou no trabalho alheio materiais para compreender, através do passado, traços fundamentais da sua originalidade humana.” (Ribeiro, *A formação...*, p. 12). E noutro passo, em memórias: “A Geografia, em tudo o que toca ao homem, era como uma maneira de ver e sentir o que da História persistiu até nós. Nunca mais deixei de associar estreitamente as duas ciências e, com tudo o que aprendi, continuo a pensar que, sem uma profunda indagação do passado, a visão da maior parte dos factos da Geografia humana permanece superficial e incompleta.” (Ribeiro, *Memórias...*, p. 73). Como afirma a sua colega e companheira de vida Suzanne Daveau, Orlando Ribeiro “nunca sentiu contradição alguma na sua dupla formação de naturalista e historiador” (Ribeiro, *Opúsculos III*, p. 8). Pelo contrário, sentia como que uma “conspiração de Natureza e História.” (Ribeiro, *O ensino*, p. 11). Em Orlando Ribeiro há uma sábia interpenetração entre História e Geografia que mutuamente se escoram e influenciam. Não parece de rigor falar em interdisciplinaridade: expressão que chega a usar entre aspas. Isto porque no seu pensamento não se separam os métodos nem os conceitos de diferentes conhecimentos se confrontam, mesmo se surgem misturados. São, ao mesmo tempo, uma coisa e outra. Raciocínio histórico que não busca apoio na Geografia porque já de si é geográfico, metodologia geográfica que usa a História sem separadores. No seu dizer: “Atento, pela observação, às suas complexas realidades, o geógrafo não pode deixar de ver no tempo os lugares, os homens e as coisas. Creio, aliás, que a História é, no conjunto das Ciências Humanas, tanto um núcleo como um caminho do conhecimento” (Ribeiro, *Portugal*, p. XVI).

Instalado por fim na Faculdade de Letras de Lisboa, Orlando Ribeiro criou o Centro de Estudos Geográficos para erguer o processo de formação de geógrafos que conduziu à constituição de um notável conjunto de investigadores. Em que a atenção à história foi sempre cuidada, para além do exemplo do principal obreiro, com Raquel Soeiro de Brito, Ilídio do Amaral, e mais tarde Carminda Cavaco, António de Brum Ferreira, Carlos Alberto Medeiros, Jorge Gaspar e muitos outros. A que se juntou nos anos 60 Suzanne Daveau – notável aquisição – atenta à história e à literatura antiga cujo estudo cultivava, fina observadora que, iniciando os seus exemplares trabalhos sobre Portugal em 1962, desde 1966 os tem multiplicado (Garcia, “Suzanne”, p. 23).

Logo ao principiar a sua carreira de investigador, Vitorino Magalhães Godinho deu uma atenção muito especial à geografia. Pelo que em 1947, na sua *História económica e social da expansão Portuguesa*, que se limita a Marrocos (vol. I, único publicado), como em “A economia das Canárias nos séculos XIV e XV”



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

(1952), ou em *O “Mediterrâneo” Saariano e as Caravanas do Ouro. Geografia económica e social do Sáara Ocidental e Central do XI ao XVI século* (1956), avança textos de geografia económica cuidadosamente acompanhados por mapas adrede desenhados. O que não ficou por aí. Porque nos seus trabalhos, em especial nos que se podem datar dos anos 40 e 50 a geografia está sempre muito declaradamente presente. Nas décadas posteriores a sua atenção virar-se-á mais para a sociologia e para outros domínios das ciências sociais mas sempre se consegue detectar a geografia como implícita nos seus trabalhos. Esforço de combinação de conceitos que lhe permite avançar com as *Noções Operatórias na Abordagem Global das Sociedades*. Em que propõe esse modo de “nos aproximarmos de uma realidade única, que é o homem e são os homens” (Godinho, *Noções*, p. 174).

No entanto, historiador muito atento às necessidades de um público culto e aos estudantes, a Vitorino Magalhães Godinho e a uma empresa comercial sem qualquer ligação à universidade ou aos meios académicos se ficou a dever o *Panorama da Geografia* que as Edições Cosmos publicaram de 1952 a 1957. Ao coordenador somaram-se os colaboradores Alfredo Fernandes Martins e Joel Serrão. Tendo publicado um conjunto de obras traduzidas do Francês: de Emmanuel De Martonne é o *Traité de Géographie Physique*, de Lucien Febvre *La terre et l’Évolution Humaine*, de Pierre George a *Demogéographie*, de J. J. Juglas a *Géographie économique*, com um apêndice à Geografia Económica ainda de Henri Hauser. Ficaram referidas no projecto inicial as geografias social, política e cultural. Em qualquer caso, foi o empreendimento bibliográfico mais enriquecedor que a disciplina científica recebeu em Portugal em meados do século XX. Desde 1955 apontava Magalhães Godinho dois nomes da geografia para a história alargada às ciências sociais que pretendia: Orlando Ribeiro e Fernandes Martins. (Godinho, “A Historiografia”, p. 16). Já fortemente influenciado pela longa estadia e aprendizagem (ou aperfeiçoamento) parisiense, em 1965 via Magalhães Godinho o alargamento do âmbito da geografia humana. “Em vez da tradicional “moldura” geográfica a servir de introdução logo esquecida, a história considera a acção dos homens em cada época em relação com o espaço concreto (e não apenas um mapa de localizações de topónimos), busca como que fazer geografia humana retrospectiva (Roger Dion) ou geohistória (Braudel), isto é, reconstituir as paisagens de então e as formas que revestem as relações dos homens com elas.” (Godinho, “Sobre”, p. 147). Sempre apoiado nas orientações cartográficas de Jacques Bertin que propunha estudasse quem com ele trabalhava. Também com longas estadias em França, Luís de Matos e Joaquim Barradas de Carvalho fizeram as suas pesquisas em história da cultura que não dispensavam a geografia. Porque quer a literatura latina da expansão, quer o aprofundar do *Esmeraldo de situ orbis* de Duarte Pacheco Pereira implicaram o estudo de terras e mares que só a ciência geográfica podia satisfazer e sustentar.

Na Faculdade de Letras de Lisboa Virgínia Rau inicia a sua carreira estudando a Idade Média: em 1943 são as feiras; passa depois à investigação sobre as sesmarias (1946) para avançar para um outro período



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

depois com *A exploração e o comércio do sal de Setúbal – estudo de história económica* (1951), além de inúmeros artigos e colaborações dispersas. Se inicialmente ainda prestou alguma atenção à pré-história e à geografia mantendo “intenso convívio” com geógrafos (Ribeiro, *Introduções*, p. 129, n. 6) – a ponto de ter redigido com o geólogo G. Zbyszewski o livro guia do Congresso Internacional de Geografia de 1949 relativo ao Ribatejo e à Estremadura – foi essa preocupação que abandonou. Apesar da proximidade que manteve com Orlando Ribeiro. Jorge Borges de Macedo só parece ter atentado mais para a geografia com o estudo sobre a indústria portuguesa (1965), que inevitavelmente obrigava à explicação das posições que os diferentes estabelecimentos iam escolhendo. Mas mesmo nos estudos sobre a política externa não parece ter dado o merecido destaque à geografia. O seu escopo virava-se para a história cultural e diplomática. Também para A. H. de Oliveira Marques a geografia tem o seu papel no raciocínio e construção históricos, como bem se destaca na tese (que não lhe permitiram defender) sobre a *Introdução à história da agricultura em Portugal. A questão cerealífera* (1962). Sempre que há que lidar com o meio natural o recurso ao conhecimento geográfico se impõe.

A Amorim Girão sucederá em 1962 na cátedra de geografia de Coimbra Alfredo Fernandes Martins, doutor desde 1949, que expressou com clareza o que pensava: “Não nos iludamos, buscando no meio físico a interpretação total dos factos históricos, mas diga-se, com Vidal de La Blache, que se tal pretensão é ilegítima, “também não seria mais razoável prescindir da Geografia na explicação da História.” (Martins, “À Guisa...”, pp. 9 -10). E a ele e à sua escola se fica a dever uma notável integração dos conhecimentos históricos com os conceitos e análises geográficos. Cujo exemplo deu em notável opúsculo que dedicou à história e geografia – ou geografia e história – da sua Coimbra natal. (Martins, *Esta...*). Como ele próprio diz, em proémio à tradução do fundador trabalho de La Blache, “que não são estes ou aqueles factores geográficos que poderão auxiliar a interpretação da História, mas sim o estudo geográfico das relações do homem com o meio.” (Martins, “À Guisa”, p. 13). Assim, geógrafos mais atentos à história – sabendo usar da história na construção geográfica – se destacam depois dos trabalhos e actividade investigativa de Orlando Ribeiro. Veja-se o caso de José Manuel Pereira de Oliveira, que trabalhou de perto com Fernandes Martins, e que não hesitou em escrever: “A geografia humana não pode legitimamente prescindir da história no seu processo teórico.” (Oliveira, *Trabalhos...*, p. 419). Ou, de outro modo, e a propósito da obra de Aristides Amorim Girão: “uma geografia que quer deixar de ser meramente descritiva para, ganhando foros de científica se afirmar explicativa, tem de mergulhar as suas raízes no conhecimento do passado.” (*Ibidem*, p. 413). E foi assim que procurou interpretar e explicar o espaço do Porto urbano (Oliveira, *O espaço...*).

As novas correntes historiográficas que se afirmam nos anos 50, em grande parte originadas ou inspiradas nos investigadores ligados aos *Annales* parisienses, não ignoram o meio. Como os geógrafos do post-guerra não descuram a história. Assim ocorre com o americano Dan Stanislawski ao estudar Portugal (1959) e o Algarve (1963). Porque, como já foi dito, a “nova história é, em larga medida, filha da geografia.”



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

(Hervé Couteau-Bégarie, *apud* Silbert). O historiador francês Albert Silbert, que fora discípulo de Marc Bloch, afirma sem hesitações: “Para esta geografia, preocupada antes de mais com as relações do homem com o meio natural, as condições históricas da distribuição das paisagens e das actividades eram muito importantes.” (Silbert, “Modernidade...”, p. 327). Em que segue uma metodologia muito próxima da que Godinho iniciara no estudo de Marrocos, e experimentara ainda aplicar às Canárias. Metodologia em que história e geografia, como economia e etnografia se misturam em interdisciplinaridade e recíproca influência. Tendo na sua tese *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l’Ancien Régime* (1966) mostrado a relevância do “colectivismo agrário” nos finais do séc XVIII e princípios do século XIX no Portugal mediterrâneo.

Também em Coimbra, e por parte de historiadores mais actualizados, a geografia se instalou como uma necessidade para as explicações que buscavam. Assim ocorreu com António de Oliveira e com Luís Ferrand de Almeida. Aquele procurando construir a realidade coimbrã do século XVI, este estudando com profundidade as questões relacionadas com as fronteiras meridionais do Brasil e depois a Bacia do Prata – “porta aberta para as vias fluviais que permitiam o acesso a regiões do interior do continente” (Almeida, “A Colónia”, p. 163) e a instalação, percurso e agonia da Colónia do Sacramento. António de Oliveira não se esquece de avisar na introdução da sua dissertação de doutoramento: “Os estudos iniciados têm por centro dois espaços: a cidade de Coimbra e o seu alfoz. Predominantemente. Zonas mais vastas, os quadros natural e geográfico em que se integram não podem ser excluídos.” (Oliveira, *A vida*, p. 3). Luís Ferrand de Almeida, entre outros estudos onde o conhecimento da terra e dos condicionalismos naturais estão sempre presentes nunca esquece de assinalar a presença dos grupos humanos em paisagens concretas. Não por acaso estudou e apurou alguns notáveis aspectos da introdução e difusão do milho mais em Portugal, onde se destaca a leitura atenta da obra de Orlando Ribeiro, além naturalmente das dos historiadores de ofício. Mas não se pode esquecer o excelente estudo que tituló *Aclimação de plantas do Oriente no Brasil durante os séculos XVII e XVIII*. Que implicou o conhecimento e a explicação das condições naturais que permitiram essas transferências botânicas de enorme repercussão no Mundo – e não só no Império português.

Talvez por influência das escolas francesas de história e de geografia a atenção de historiadores e de geógrafos se generalizou e instalou na investigação – nem sempre tanto quanto devia (para um e outro dos campos de trabalho). Fernand Braudel condensou: “A nossa sorte está sempre ligada à terra. Por muito lenta que seja esta história de base, ela é uma história, uma realidade da vida.” Que também procura “explicar a movediça e complexa substância da geografia dos homens.” Porque o objecto quer de historiadores e quer de geógrafos é “a sociedade no espaço” (Braudel, *Les ambitions...*, pp. 76, 78 e 114). Que Orlando Ribeiro não se cansou de proclamar também, “porque o tempo é uma dimensão de tudo o que



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

é humano e porque as formas de vida inscritas na terra e as suas transformações constituem uma das linhas de força de qualquer destino colectivo.” (Ribeiro, *A evolução*, p. 9).

**Bibliografia activa:** ALMEIDA, Luís Ferrand de, “A Colónia do Sacramento e a formação do Sul do Brasil”, in *Páginas dispersas. Estudos de História Moderna de Portugal*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1995; BASTO, A. de Magalhães, *A fronteira Hispano-Portuguesa (ensaio de geografia política)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923; *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*, Coimbra, Faculdade de Letras, nº 1, 1950; CORRÊA, Mendes, *Os povos primitivos da Lusitânia (Geografia, Arqueologia, Antropologia)*, Porto, Casa Editora de A. Figueirinhas, 1924; CORTESÃO, Jaime, “Causas da independência de Portugal e da formação portuguesa do Brasil”, in *Os factores democráticos da formação de Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1974; Idem, “O problema das relações entre a geografia e a autonomia política de Portugal” in *Os factores democráticos da formação de Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1974; Idem, *Os descobrimentos portugueses*, 3ª ed., vol. I, Lisboa, Livros Horizonte, 1980; GIRÃO, Aristides de Amorim, *Lições de Geografia Humana*, Coimbra, Coimbra Editora, 1936; Idem, “A geografia moderna. Evolução – conceito – relação com as outras sciências (Ensaio de síntese)”, in *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. VI, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1917; Idem, *Condições Geográficas e Históricas da Autonomia Política de Portugal*, Coimbra, Coimbra Editora, 1935; Idem, *Geografia de Portugal*, Porto, Portucalense, 1941; GODINHO, Vitorino Magalhães (coord.), com a colaboração de Alfredo Fernandes Martins e Joel Serrão, *Panorama da Geografia*, Lisboa, Edições Cosmos, 1952-1957; Idem, “A economia das Canárias nos séculos XIV e XV”, in *Revista de História*, n.º 10, São Paulo, 1952; Idem, “A historiografia portuguesa: orientações, problemas, perspectivas”, in *Revista de História*, nºs 21-22, 1955, São Paulo; Idem, “Noções operatórias na abordagem global das sociedades”, in *Memoriam António Jorge Dias*, vol. I, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1974; Idem, “Sobre a pesquisa interdisciplinar em Ciências Humanas”, in *Revista de Economia*, vol. XVI, fasc. 3 e 4, Lisboa, 1965; Idem, *A crise da história e as suas novas directrizes*, Lisboa, Empresa Contemporânea de Edições, (1947); Idem, *História económica e social da expansão portuguesa*. I vol., Lisboa, Terra, 1947; Idem, *O “Mediterrâneo” Saariano e as Caravanas do Ouro. Geografia económica e social do Sáara Ocidental e Central do XI ao XVI século*, São Paulo, Colecção da *Revista de História*, 1956; LAUTENSACH, Hermann, “A Individualidade Geográfica de Portugal no conjunto da Península Ibérica”, in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 49ª, nº 11-12, Lisboa, Setembro-Outubro de 1931; MARTINS, Alfredo Fernandes, *Esta Coimbra. Alguns apontamentos para uma palestra*, [s.l.], [s.e.], 1951; Idem, “À Guisa de Prefácio”, in Vidal de La Blache, *Princípios de Geografia Humana*. Trad., Lisboa, Edições Cosmos, 1946; MARTINS, Oliveira, *Historia de Portugal*. 3ª ed., emendada, Lisboa, Livraria Bertrand, 1882; Oliveira, António, *A vida económica e social de Coimbra: 1537-1640*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1976; OLIVEIRA, J. M. Pereira de, O



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

*espaço urbano do Porto*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1971; PEDROSO, Zófimo Consiglieri, *Compendio de Historia Universal*, Porto, Escritorio de Publicações (Livraria) de J. Ferreira dos Santos, 1881; PERES, Damião, *Como nasceu Portugal*, 7ª ed., Porto, Portucalense Editora, 1970. [1ª ed., 1938]; Idem, *Portugal “e animo Portucalensium” resposta ao artigo crítico Portugal “ex-nihilo”! do Prof. Mendes Correia*, Barcelos, [s.e.], 1938; PERY, Gerardo A., *Geographia e Estatística Geral de Portugal e Colonias com um Atlas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1875; PIMENTA, Alfredo, *A História de Portugal do Sr. António Sérgio*, Lisboa, Edição do Autor, 1941; RIBEIRO, Orlando, *Opúsculos Geográficos. III. Aspectos da Natureza*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990; Idem, *A evolução agrária no Portugal Mediterrâneo. Notícia e comentário de uma obra de Albert Silbert*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1970; Idem, *A formação de Portugal*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987; Idem, *Introduções Geográficas à História de Portugal. Estudo crítico*, Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1977; Idem, *Memórias de um geógrafo*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 2006; Idem, *O ensino da Geografia*, Porto, Porto Editora, 2012; Idem, *Opúsculos Geográficos. V. Temas Urbanos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994; Idem, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de relações geográficas*, 4ª ed., Lisboa, Sá da Costa, 1986; SAMPAIO, Alberto de, *Estudos históricos e economicos*, Porto – Paris – Lisboa, Livraria Chardron de Lello, Irmão, Limitada, Editora – Aillaud & Bertrand, 1923; SÉRGIO, António, *História de Portugal. Introdução Geográfica*, Lisboa, Portugália, 1941; SILBERT, Albert, “Modernidade e arcaísmo em História”, in *Portugal na Europa Oitocentista*, Trad., Lisboa, Edições Salamandra, 1998; SILVA, Luís Augusto Rebello da, *Memoria sobre a população e a agricultura de Portugal desde a fundação da monarchia até 1865. Parte I (de 1097 a 1640)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868; STEPHENS, Henry M., *Historia de Portugal*, Trad., Lisboa, M. Gomes – Editor, 1893; TELES, Silva, “O conceito científico da geografia”, in *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. IV, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1915; Idem, *Portugal. Aspectos geográficos e climáticos*. Exposição Portuguesa em Sevilha, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1929; VASCONCELLOS, José Leite de, *Etnografia Portuguesa. Tentame de sistematização*, Lisboa, Imprensa Nacional – Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1933-1988.

**Bibliografia passiva:** AMARAL, Ilídio do, “Geógrafos na Faculdade de Letras de Lisboa”, in *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, Lisboa, 1983; BRAUDEL, Fernand, *Les ambitions de l’histoire*, Paris, éditions de Fallois, 1997; DAVEAU, Suzanne, “História e Geografia”, in *Ler História*, nº 21, Lisboa, 1991; GARCIA, João Carlos, “Suzanne Daveau. Vida e obra geográfica”, in *Finisterra*, vol. XXXII, n.º 63, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1997; GIRÃO, Aristides de Amorim, “Desenvolvimento dos estudos geográficos em Portugal (1870-1940)”, in *Congresso do Mundo Português*, XIII vol., tomo 2º III Secção, Ciências Sociais e Morais, Lisboa, 1940; GUIMARÃES, Ângela, *Uma corrente do colonialismo português. A Sociedade de Geografia de Lisboa 1875-1895*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984; LAUTENSACH, Hermann,



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

*Bibliografia geográfica de Portugal*. Adaptação e complementos de Mariano Feio, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1948; MAGALHÃES, Joaquim Romero, “Natureza e vontades: divagações sobre Geografia e História”, entregue em *Promontoria, Revista da Universidade do Algarve* (2018); OLIVEIRA, J. M. Pereira de, *Trabalhos de Geografia e História*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1975; RIBEIRO, Orlando, “Silva Telles, introdutor do ensino da geografia em Portugal”, in *Opúsculos Geográficos. II. Pensamento Geográfico*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989; RODRIGUES, Manuel Augusto, *Memoria professorum Universitatis Conimbrigensis*, Coimbra, Arquivo da História Universidade, 1992.

Joaquim Romero Magalhães



APOIOS:

**FCT**  
Fundação para a Ciência e a Tecnologia

**BNP** BIBLIOTECA  
NACIONAL  
DE PORTUGAL

FUNDAÇÃO  
LUSO-AMERICANA